AGENDA LEGISLATIVA FRENLOGI

FRENLOGI

FRENTE PARLAMENTAR MISTA DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA

2025

FRENLOGI
FRENTE PARLAMENTAR MISTA DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA

Eixos prioritários de atuação

Portos:

Os portos desempenham um papel estratégico no desenvolvimento econômico do Brasil. Eles são elementos centrais da logística nacional, responsáveis por viabilizar o escoamento da produção agrícola e industrial, além de possibilitar a entrada de insumos indispensáveis à indústria e ao comércio. A estrutura portuária brasileira, apesar de alguns avanços legais ao longo das últimas décadas, ainda apresenta baixa competitividade em comparação com outros países. Por isso, torna-se urgente a revisão do marco legal que regula a exploração dos portos, com vistas à modernização, à eficiência operacional e à integração de todos os agentes do setor.

Nesse contexto, destaca-se a importância da criação de um sistema portuário brasileiro integrado, capaz de promover uma gestão coordenada e estratégica. O fortalecimento institucional do Ministério dos Portos e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) é essencial para garantir políticas públicas eficazes e sustentáveis. Com isso, espera-se criar um ambiente mais atrativo para investimentos privados, contribuindo para a ampliação da competitividade dos portos e, consequentemente, para o fortalecimento da economia nacional.

Exemplo de projeto:

Projeto de Lei nº 733/2025
Eixo temático: Infraestrutura e Logística
Autor: Deputado Leur Lomanto Junior (UNIÃO/BA)

O que prevê a medida?

Dispõe sobre o Sistema Portuário Brasileiro, regulando a exploração dos portos, as atividades de operação portuária, o trabalho portuário e outras providências relacionadas à governança, infraestrutura, regulação e competitividade do setor.

Posicionamento: FAVORÁVEL

A proposta moderniza a governança portuária, fortalece a autorregulação, promove a qualificação do trabalho e amplia a integração porto-cidade. Trata-se de um marco regulatório com alto potencial para aumentar a eficiência e a competitividade logística nacional.

Recursos para Infraestrutura:

A necessidade de ampliação dos recursos destinados à infraestrutura brasileira é uma realidade incontornável. O país convive há décadas com um déficit crônico de investimentos no setor, o que impacta diretamente a competitividade da economia, a eficiência logística e a qualidade de vida da população. Rodovias deterioradas, ferrovias subutilizadas, portos com baixa eficiência operacional e aeroportos saturados são sintomas de um modelo que ainda depende fortemente da ação estatal, mas que carece de planejamento de longo prazo e de fontes de financiamento estáveis. Sem infraestrutura moderna e funcional, o Brasil desperdiça potencial produtivo, encarece o transporte de mercadorias e limita o acesso a serviços essenciais.

Diante desse cenário, devemos repensar o modelo de financiamento da infraestrutura nacional. A participação do setor privado deve ser incentivada, com segurança jurídica, estabilidade regulatória e marcos legais que atraiam investimentos de longo prazo. No entanto, é importante ressaltar que o Estado continua exercendo um papel estratégico, especialmente nas regiões menos atrativas ao capital privado e em segmentos fundamentais como mobilidade urbana, saneamento e infraestrutura social. Ampliar os investimentos públicos, seja por meio do orçamento direto, seja por mecanismos como fundos garantidores e parcerias público-privadas, é indispensável para reduzir o custo Brasil, integrar as diversas regiões do país e alavancar um ciclo virtuoso de crescimento sustentável e inclusão econômica.

Exemplo de projeto:

Projeto de Emenda à Constituição nº 1/2021
Eixo temático: Infraestrutura e Logística
Autor: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

O que prevê a medida?

Determina a vinculação de parte das receitas orçamentárias da União para investimentos obrigatórios em infraestrutura, garantindo previsibilidade e continuidade nas obras estruturantes do país.

Posicionamento: FAVORÁVEL

Situação, manutenção e balanço das pontes no Brasil:

A infraestrutura de pontes no Brasil enfrenta desafios significativos em termos de manutenção e conservação. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) é responsável pela gestão de aproximadamente 5.827 pontes distribuídas nos 26 estados e no Distrito Federal. Dessas, 727 estão classificadas em condições críticas, indicando a necessidade urgente de intervenções para garantir a segurança dos usuários e a funcionalidade das vias.

A situação precária de muitas dessas estruturas foi evidenciada pelo colapso da Ponte Juscelino Kubitschek de Oliveira, que desabou em dezembro de 2024, resultando em 14 mortes e três desaparecidos. Esse incidente destacou a importância de análises de risco e de uma gestão eficaz dos serviços de manutenção. Estudos indicam que mais de 11 mil pontes no país correm risco de acidentes graves, sublinhando a necessidade de investimentos contínuos em inspeções regulares e intervenções preventivas.

O investimento necessário para a reconstrução, restauração e manutenção do pavimento rodoviário brasileiro é estimado em R$ 99,76 bilhões. Contudo, além dos recursos financeiros, é fundamental implementar políticas públicas eficazes que priorizem a manutenção preventiva e a modernização das infraestruturas existentes.

Exemplo de projeto:

Projeto de Lei nº 30/2025
Eixo temático: Infraestrutura e Logística
Autor: Ricardo Ayres (REPUBLIC/TO)

O que prevê a medida?

Cria o Fundo Nacional de Manutenção de Obras de Arte Especiais (FNMOAE), destinado à inspeção, manutenção e recuperação de pontes, viadutos, túneis e passarelas. O fundo contará com múltiplas fontes de receita, incluindo tributos sobre combustíveis e apostas, e será gerido pelo Ministério dos Transportes com apoio técnico do TCU e de um Conselho Deliberativo.

Posicionamento: FAVORÁVEL

A proposta responde a uma lacuna histórica na política de conservação da infraestrutura viária brasileira, especialmente no que se refere a obras de arte especiais. Ao prever recursos exclusivos e gestão transparente, o projeto fortalece a segurança logística, evita tragédias, reduz gastos emergenciais e melhora a eficiência da malha rodoviária nacional.

Devedor Contumaz:

O devedor contumaz representa uma distorção grave no sistema tributário nacional. Sua prática compromete a arrecadação estatal e prejudica diretamente empresas regulares, que cumprem suas obrigações fiscais e acabam concorrendo em condições desiguais, onerando vários setores da economia brasileira.

Por essas razões, tem-se discutido no âmbito do Congresso Nacional a necessidade de um marco normativo específico para tratar o devedor contumaz de maneira diferenciada.

Exemplo de projeto:

Projeto de Lei Complementar nº 164/2022
Eixo temático: Infraestrutura e Logística
Autor: Senador Jean Paul (PT/RN)

O que prevê a medida?

Estabelece critérios para identificar e punir devedores contumazes de tributos, diferenciando-os dos inadimplentes eventuais, e prevê medidas como cancelamento da inscrição estadual e restrições comerciais.

Posicionamento: FAVORÁVEL

A proposta combate a concorrência desleal ao penalizar comportamentos fraudulentos e reincidentes, protegendo produtores regulares e contribuindo para um ambiente de negócios mais justo e equilibrado.

Projeto de Lei Complementar nº 125/2022
Eixo temático: Infraestrutura e Logística
Autor: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

O que prevê a medida?

Institui o Código de Defesa dos Contribuintes, estabelecendo normas gerais sobre os direitos, garantias, deveres e procedimentos aplicáveis à relação jurídica entre contribuintes e a Fazenda Pública, com foco em transparência, simplificação, boa-fé e redução de litígios.

Posicionamento: FAVORÁVEL

A medida fortalece a segurança jurídica e a previsibilidade nas relações tributárias, com impactos positivos para o ambiente de negócios e a infraestrutura institucional do país, além de definir como devedor contumaz aquele que, devidamente identificado em processo administrativo definitivo, apresenta débitos inscritos em dívida ativa com valor consolidado superior ao limite regulamentado por cada ente federativo

Projeto de Lei nº 15/2024
Eixo temático: Infraestrutura e Logística
Autor: Executivo Federal

O que prevê a medida?

Institui os programas Confia, Sintonia e OEA no âmbito da Receita Federal, promovendo conformidade cooperativa, estímulo à regularidade fiscal e facilitação do comércio exterior, além de tratar da figura do devedor contumaz e vincular benefícios fiscais ao comportamento fiscal adequado.

Posicionamento: FAVORÁVEL

Apoia-se o projeto, estimula a regularidade tributária e a modernização da administração aduaneira, promovendo eficiência, previsibilidade e agilidade nas operações logísticas e de comércio exterior. Fortalece a competitividade do setor produtivo e reduz custos regulatórios.

Estatuto do Pantanal:

A criação de um marco legal específico para o bioma Pantanal é medida urgente e estratégica para o Brasil. Reconhecido como patrimônio nacional e uma das maiores áreas úmidas do planeta, o Pantanal demanda uma legislação que garanta sua conservação, regule o uso sustentável dos seus recursos e assegure segurança jurídica para as atividades econômicas locais.

Devemos estabelecer diretrizes claras para proteger os regimes hidrológicos, a biodiversidade e as populações tradicionais, ao mesmo tempo em que fomenta práticas sustentáveis como a pecuária extensiva, o turismo ecológico e a bioeconomia. Ao harmonizar desenvolvimento regional com proteção ambiental, a criação de um marco legal fortalece a resiliência climática do país, preserva serviços ecossistêmicos essenciais e valoriza do pantanal para o clima regional.

Exemplo de projeto:

Projeto de Lei n° 5482/2020
Eixo temático: Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Autor: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

O que prevê a medida?

Cria um marco legal específico para o bioma Pantanal, com normas gerais voltadas à sustentabilidade, segurança jurídica e à integração das populações locais com a legislação ambiental.

Posicionamento: FAVORÁVEL

Apoia-se o projeto, pois ele contribuirá positivamente para a conservação do Pantanal e tem potencial para se tornar um marco normativo de grande relevância para o bioma, que possui expressiva importância cultural, social, econômica e ecológica para o Brasil e para o mundo.

Roubo de cargas:

O roubo de cargas configura-se como um dos crimes mais recorrentes e preocupantes no Brasil, com impactos severos para a economia, a segurança pública e o setor logístico. Apesar da queda no número total de ocorrências em 2024, os prejuízos financeiros aumentaram significativamente, com mais de R$ 1,2 bilhão em mercadorias subtraídas. Esse tipo de crime não apenas encarece os custos operacionais das transportadoras, que precisam investir continuamente em segurança e seguros, mas também compromete a competitividade do país e a confiança de investidores no setor de infraestrutura e logística.

Diante desse cenário, o combate ao roubo de cargas exige uma resposta articulada do Congresso, por meio da implementação e do aprimoramento de marcos legais específicos. Devemos elaborar uma legislação que deve prever mecanismos eficazes de repressão e prevenção, como o endurecimento das penas para organizações criminosas envolvidas nesse tipo de delito, o rastreamento obrigatório de cargas de alto valor e o fortalecimento da fiscalização em pontos críticos das rodovias.

Exemplo de projeto:

Projeto de Lei n° 1096/2025
Eixo temático: Logística
Autor: Marcos Tavares (PDT/RJ)

O que prevê a medida?

Dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Rastreamento de Cargas e Produtos de Alto Valor (SNRCPAV), estabelece medidas de combate ao roubo de cargas, cria o Banco Nacional de Dados de Roubos de Carga (BNDRC) e agrava penas para crimes relacionados ao transporte de mercadorias de alto valor.

Posicionamento: FAVORÁVEL

A medida fortalece a segurança no transporte rodoviário de cargas, combate o crime organizado e reduz prejuízos econômicos, promovendo maior confiança no setor logístico. O projeto favorece a competitividade, desonera o seguro de carga e alinha o Brasil às melhores práticas internacionais de rastreamento e prevenção de crimes logísticos.

Mobilidade urbana:

A mobilidade urbana desempenha um papel central no funcionamento das cidades e na qualidade de vida da população. Um sistema de transporte eficiente, acessível e integrado permite que as pessoas se desloquem com segurança, economia de tempo e menor impacto ambiental. A melhoria da mobilidade urbana influencia diretamente o desenvolvimento econômico, ao facilitar o acesso ao trabalho, à educação, aos serviços de saúde e ao comércio. Além disso, reduz os congestionamentos, melhora a produtividade das cidades e contribui para a redução da emissão de gases poluentes, promovendo um ambiente urbano mais sustentável.

Melhorar a mobilidade urbana não é apenas uma questão de transporte, mas uma estratégia para tornar as cidades mais inclusivas, dinâmicas e sustentáveis, assegurando o direito de ir e vir com dignidade e eficiência.

Ademais, estradas em mau estado impactam diretamente as empresas de logística ao elevar os custos operacionais com combustível, manutenção e seguros, além de comprometer prazos de entrega, afetando a reputação e a confiança dos clientes. A ineficiência na malha viária gera atrasos, perdas e avarias nas cargas, desorganiza cadeias de suprimentos e exige maior investimento em estoques. Além disso, dificulta a atração de motoristas, especialmente para rotas mais críticas, agravando a escassez de profissionais no setor e encarecendo os fretes.

Exemplo de projeto:

Projeto de Lei n° 2021/2024
Eixo temático: Infraestrutura e Logística
Autor: Deputado Cobalchini (MDB/SC)

O que prevê a medida?

Institui a Política Nacional de Infraestrutura Urbana, promovendo diretrizes para o desenvolvimento sustentável das cidades, com foco em redes subterrâneas, acessibilidade, drenagem inteligente e integração tecnológica nos serviços urbanos.

Posicionamento: FAVORÁVEL

O projeto moderniza a política urbana nacional, incentivando a infraestrutura eficiente, resiliente e alinhada às metas de sustentabilidade. A proposta reduz desperdícios, melhora a mobilidade e eleva a qualidade de vida nos centros urbanos, sendo benéfica para a logística urbana e regional.

Projeto de Lei nº 5232/2019
Eixo temático: Infraestrutura e Logística
Autor: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)
Eixo temático: Infraestrutura e Logística
Autora: Deputada Rosana Valle (PSB/SP)

FRENLOGI
FRENTE PARLAMENTAR MISTA DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA

O que prevê a medida?

Cria o REMOBI, regime especial de desoneração tributária para o setor metroferroviário, com suspensão e futura isenção de tributos sobre insumos e serviços voltados à modernização e expansão do transporte de passageiros e cargas sobre trilhos.

Posicionamento: FAVORÁVEL

A proposta fortalece o transporte ferroviário como eixo sustentável e eficiente de mobilidade e escoamento de cargas, com ganhos diretos para o setor logístico, redução de custos operacionais e estímulo à indústria nacional. Contribui para a descarbonização e descongestionamento urbano.

Licenciamento ambiental:

O licenciamento ambiental é uma ferramenta essencial para assegurar que o desenvolvimento econômico ocorra de forma responsável, equilibrando crescimento produtivo com a proteção dos recursos naturais. No entanto, o atual modelo brasileiro é marcado por insegurança jurídica, excesso de burocracia, sobreposição de competências e prazos indefinidos, o que gera entraves à implantação de empreendimentos estratégicos para o país, especialmente nas áreas de infraestrutura, energia e logística.

Devemos modernizar e padronizar os procedimentos de licenciamento em todo o território nacional, estabelecendo critérios mais objetivos, prazos definidos e regras claras para os diferentes tipos de atividades econômicas.

Exemplo de projeto:

Projeto de Lei nº 2159, de 2021
Eixo temático: Infraestrutura e Logística
Autor: Deputado Cobalchini (MDB/SC)

O que prevê a medida?

Estabelece normas gerais para o licenciamento ambiental, regulamentando o art. 225, §1º, IV da Constituição, com procedimentos diferenciados conforme o porte e o risco da atividade. Simplifica exigências para empreendimentos de infraestrutura e define modalidades de licenciamento como Licença Única, por Adesão e Compromisso e Operação Corretiva.

Posicionamento: FAVORÁVEL

O projeto moderniza e padroniza o licenciamento ambiental no país, reduzindo insegurança jurídica e aumentando a previsibilidade para empreendimentos logísticos e de infraestrutura.

Marco Legal das concessões:

A modernização do marco legal das concessões e parcerias público-privadas é uma medida indispensável para adequar o Brasil às exigências de um cenário econômico cada vez mais dinâmico e competitivo. O modelo atual, concebido em um contexto muito diferente do atual, já não oferece respostas satisfatórias aos desafios enfrentados por investidores e gestores públicos. A legislação vigente não contempla, com a precisão necessária, temas como reequilíbrios contratuais ágeis, compartilhamento estruturado de riscos e mecanismos de governança que assegurem maior previsibilidade e transparência. Essa defasagem resulta em insegurança jurídica, atrasos em projetos e retração de investimentos essenciais ao desenvolvimento do país.

Modernizar esse marco significa alinhar o Brasil às melhores práticas internacionais, promovendo um ambiente institucional mais eficiente, estável e atrativo para o capital privado. Significa também garantir que os contratos públicos contem com instrumentos mais flexíveis e eficazes para enfrentar eventos imprevistos, estimular a inovação, viabilizar empreendimentos de interesse coletivo e, sobretudo, assegurar a entrega de serviços públicos de qualidade. Ao atualizar a legislação, o país poderá não apenas ampliar sua capacidade de investimento em infraestrutura, mas também qualificar sua capacidade de execução, tornando o poder público um parceiro mais confiável, técnico e proativo na construção de soluções de longo prazo.

Exemplo de projeto:

Projeto de Lei n° 7063, de 2017
Eixo temático: Infraestrutura e Logística
Autor: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)

O que prevê a medida?

Reduz o valor mínimo exigido por lei para a celebração dos contratos de parcerias público-privadas (PPPs) em estados e municípios.

Posicionamento: **FAVORÁVEL COM RESSALVAS**

O projeto moderniza as normas atuais que tratam de concessões, PPPs e fundos de investimentos em infraestrutura.

Combustível do Futuro:

Fechando o eixo prioritário de atuação, destaca-se a iminente regulamentação do programa Combustível do Futuro, que reunirá marcos legais e técnicos para viabilizar a transição energética nos transportes, incluindo o uso de biocombustíveis avançados, hidrogênio de baixo carbono e eletrificação da frota. Essa pauta estratégica busca alinhar o Brasil com as metas globais de descarbonização, promover inovação tecnológica e reorganizar a matriz logística com foco em sustentabilidade, eficiência e competitividade internacional.

FRENLOGI
FRENTE PARLAMENTAR MISTA DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA

Outras proposições de interesse

Segue uma lista parcial de projetos em acompanhamento. Outros projetos que não constam nessa relação, também podem estar sob monitoramento.

FAVORÁVEL

NÃO FAVORÁVEL

FRENLOGI
FRENTE PARLAMENTAR MISTA DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA

Câmara temática

Aeroportuário

CD PL 1123/2023
Altera o Código Brasileiro de Aeronáutica.

CD PL 1682/2007
Autoriza a concessão de serviço de transporte aéreo a empresas brasileiras, independentemente da nacionalidade do capital.

CD PL 3759/2020
Dispõe sobre o transporte de animal de assistência emocional e animal de serviço nas cabines das aeronaves das companhias aéreas brasileiras.

CD PL 5442/2020 (N° Anterior: PLS 468/2017)
Autoriza o uso de recursos do FNAC para custear desapropriações voltadas à expansão da infraestrutura aeroportuária e aeronáutica civil.

CD PL 6716/2009
Altera a Lei n° 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para ampliar a possibilidade de participação do capital externo nas empresas de transporte aéreo.

CD PLP 44/2024
Dispõe sobre o Regime Específico de Tributação da Aviação Regional - RETAR.

SF PL 4567/2023
Dispõe sobre a regulação da aviação comercial.

SF PLS 258/2016
Institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

FRENLOGI
FRENTE PARLAMENTAR MISTA DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA

Câmara temática

Armazenagem

CD PL 10079/2018
Autoriza subvenção econômica a empresas cerealistas para financiar obras e equipamentos voltados à ampliação da capacidade de armazenagem de grãos.

CD PL 2069/2021
Altera a Lei nº 9.973, de 29 de maio de 2000, para criar o Regime Especial Tributário dos Silos – RESILOS.

CD PL 800/2023
Institui linha de crédito rural para o investimento em sistemas de irrigação e construção e modernização de armazéns.

FRENLOGI
FRENTE PARLAMENTAR MISTA DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA

Câmara temática

Energia Elétrica, Petróleo e Gás

CD PL 1224/2022
Dispõe acerca da atividade de armazenamento de energia no âmbito do Sistema Interligado Nacional (SIN).

CD PL 151/2019
Cria a modalidade do consumo de energia elétrica pré-paga.

CD PL 1609/2007
Dispõe sobre a substituição gradativa, em todo o território nacional, de combustíveis derivados de petróleo por outros produzidos a partir da biomassa.

CD PL 1956/2024
Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e a Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, e dá outras providências.

CD PL 2830/2022
Autoriza a comercialização e realocação de créditos de energia elétrica da micro e minigeração distribuída.

CD PL 2932/2015
Dispõe sobre o Plano Nacional de Redes Elétricas Inteligentes.

CD PL 4386/2024
Estabelece salvaguardas para o licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir do aproveitamento de centrais eólicas e fotovoltaicas; determina medidas complementares a serem exigidas quando da emissão de outorgas de autorização para geração de fontes eólicas ou solares; altera a Lei nº 9.478, de 1997, e dá outras providências.

CD PL 4651/2024
Altera a Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, para reduzir encargos do Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

CD PL 5024/2024
Altera a Lei nº 9.074/1995 para dispensar concessão, permissão ou autorização para usinas termoelétricas e hidrelétricas de até 10 MW, mediante comunicação ao poder concedente.

CD PL 6062/2023
Dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica; institui a bonificação às CGH's pela alteração do percentual de redução a ser aplicado às tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição, incidindo na produção e no consumo de energia comercializada pelos aproveitamentos.

CD PL 6559/2013
Dispõe sobre as atividades relativas a geração, transporte, filtragem, estocagem e geração de energia elétrica térmica e automotiva com biogás, e dá outras providências.

CD PL 998/2024
Institui a Política de Incentivo ao Desenvolvimento da Logística Reversa de Painéis Fotovoltaicos.

CD PLP 137/2022
Torna permanentes as medidas de incentivo fiscal incidentes sobre combustíveis e gás natural.

CD PL 414/2021
Aprimora o modelo regulatório e comercial do setor elétrico com vistas à expansão do mercado livre.

CD PLP 3/2023
Reforça a essencialidade de combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo.

CD PLP 356/2013
Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para permitir às empresas de telecomunicações se creditarem do ICMS pago na aquisição de energia elétrica.

CD PLP 75/2022
Adequa a legislação tributária nacional conforme a Constituição da República e altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para impedir abusos na tributação do ICMS sobre energia elétrica e combustíveis.

CD PL 5640/2023
Cria o Marco Legal para Segurança de Linhas de Transmissão, com regras para financiar a conversão de redes aéreas em subterrâneas e altera legislações do setor.
CD PLP 8/2024 – Define que imóveis com mais de 80% da área ocupada por geração eólica ou solar devem pagar ITR, e não IPTU, e considera essa área como efetivamente utilizada.

SF PL 3433/2024
Regula a securitização de ativos ambientais, destinada à conversão de créditos ambientais em recursos monetários.

SF PL 5066/2020
Dispõe sobre o estímulo à pesquisa e à adoção de novas tecnologias na exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

SF PL 956/2023
Dispõe sobre o programa de estímulo ao escoamento e comercialização de gás natural e seus derivados

CN VET 3/2025
Veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 576, de 2021, que "Disciplina o aproveitamento de potencial energético offshore; e altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, e a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022". **(Favorável com ressalvas)**

CD PLP 165/2022
Adequa a tributação do transporte de gás natural ao novo regime de contratação por entrada e saída, eliminando conflitos entre ISS e ICMS.

CD PEC 97/2015
Transforma o potencial de energia eólica em patrimônio da União, ensejando o pagamento de royalties pela sua exploração.

FRENLOGI
FRENTE PARLAMENTAR MISTA DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA

Câmara temática

Rodoviária

SF PL 2736/2021
Altera a Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001, que institui o Vale-Pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga e dá outras providências, para dispor sobre sua forma de pagamento.

CD PL 1321/2023
Altera a Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001, que "institui o Vale-Pedágio obrigatório sobre transporte rodoviário de carga e dá outras providências".

CD PL 5431/2016
Isenta empresas de fornecer o exame toxicológico para os caminhoneiros.

SF PL 4104/2024
Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criar hipóteses de roubo circunstanciado e de receptação qualificada.

CD PL 2161/2022
Dispõe sobre a previsão obrigatória de construção de Pontos de Parada e Descanso (PPD) para os motoristas profissionais de transporte de cargas e de passageiros nos contratos de concessão das rodovias federais e estaduais, na forma que especifica.

CD PL 1146/2021
Dispõe sobre a criação da Política Nacional de Mobilidade Rural e Apoio à Produção - Estradas da Produção Brasileira, e dá outras providências.

CD PL 1349/2025
Determina a instalação dos painéis eletrônicos de velocidade nos radares fixados em rodovias federais.

CD PL 1368/2025
Dispõe sobre a contratação direta do Transportador Autônomo de Carga (TAC) para prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas à Administração Pública direta e indireta da União.

CD PL 2084/2021
Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, a fim de incluir diretrizes para a destinação dos recursos oriundos de pagamento ao poder concedente pela outorga da concessão de rodovias federais.

CD PL 3116/2023
Altera a Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, para estabelecer que não se aplicam as disposições referentes às operações de transporte terrestre de cargas perigosas nos casos de transporte de produtos perigosos que se destinem ao uso em propriedades rurais nas operações relacionadas à agricultura e à pecuária.

CD PLP 55/2025
Reajusta o limite de receita para o transportador autônomo de carga e para tornar obrigatório a disponibilização de infraestrutura de apoio para os caminhoneiros que operam nos portos brasileiros e terminais de carga.

SF PLC 75/2018
Regulamenta o transporte rodoviário nacional e internacional de cargas, inclusive de produtos perigosos, dispõe sobre a responsabilidade no transporte de cargas e estabelece infrações e penalidades pelo descumprimento das normas aplicáveis.

SF PEC 20/2019
Reduz o percentual da arrecadação do ICMS cujo repasse do Estado aos Municípios se sujeita à proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios.

CD PL 10790/2018
Estabelece regras para renovação da frota de transporte de cargas por autônomos, cooperativas, microempresas, pequenas empresas e MEIs.

CD PL 1015/2024
Estabelece obrigações aos gerenciadores de risco e seguradoras em relação aos motoristas e ajudantes para fins de transporte de cargas.

CD PL 148/2020
Dispõe sobre autorização de transporte rodoviário interestadual de passageiros em regime de fretamento.

CD PL 3344/2021
Estabelece a obrigatoriedade da realização de operações de transporte rodoviário de cargas por meio de Documento Eletrônico de Transporte (DT-e) e o impedimento de emissão do DT-e em caso de violação do piso mínimo estabelecido para o Transporte Rodoviário de Cargas.

SF PL 4470/2020
Cria a modalidade de transporte rodoviário remunerado privado coletivo interestadual e internacional de passageiros, que terá regulamentação específica expedida pela ANTT, de modo que funcione de forma harmônica com as modalidades já existentes.

FRENLOGI
FRENTE PARLAMENTAR MISTA DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA

Câmara temática

Ferroviária

SF PL 4158/2024
Altera a Lei nº 10.233/2001 para atribuir novas competências à ANTT na regulação e fiscalização do transporte ferroviário, exigir oferta mínima de capacidade pelas concessionárias, garantir transparência de dados operacionais em tempo real, e reformular o papel das Comissões Tripartites de Ferrovias, com fortalecimento da participação dos usuários.

CD PL 1582/2019
Dispõe sobre a aquisição de trilhos para ampliação da malha ferroviária em território brasileiro e dá outras providências.

CD PL 4965/2024
Estabelece a substituição obrigatória de vagões de carga ao atingirem 50 anos e dispõe sobre a regulamentação das medidas de segurança operacional no transporte ferroviário.

FRENLOGI
FRENTE PARLAMENTAR MISTA DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA

Câmara temática

Portuária e Hidroviária

SF PL 2631/2022
Altera a Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, para autorizar destinação de percentual de receitas de portos para compensação de Municípios afetados por atividades portuárias.

CD PL 406/2021
Dispõe a respeito da integração de portos organizados e terminais portuários de uso privado ao sistema nacional de vias terrestres.

CD PL 178/2025
Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de infraestrutura de apoio para os trabalhadores e motoristas que operam nos portos brasileiros e terminais de carga.

CD PL 1765/2019
Prorroga o prazo de vigência da não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM).

CD PL 2542/2022
Dispõe sobre prazos e condições para realização das Vistorias, Inicial ou Anual, realizadas para emissão ou renovação do Certificado Nacional de Borda-Livre – CNBL e das Vistorias Inicial, Anual ou Intermediária, realizadas para emissão ou renovação do Certificado de Segurança da Navegação (CSN).

CD PL 7714/2010
Estende os benefícios do Profrota Pesqueira aos armadores, empresas de navegação, embarcações brasileiras e embarcações pesqueiras.

CD PL 3450/2024
Inclui no Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária II ações específicas voltadas às hidrovias, como mapeamento de trechos críticos, aquisição de equipamentos, capacitação profissional e parcerias com entes públicos e privados, com prioridade para a Região Norte.

SF PL 4495/2019
Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário e confere liberdade de preços nos serviços de praticagem prestados em regime de livre iniciativa.

SF PLS 66/2016
Cria o FIITA para financiar projetos do transporte aquaviário, com recursos do AFRMM e outorgas do Subsistema Aquaviário Federal.

CD PL 10834/2018
Trata das possibilidades de apoio financeiro do Fundo da Marinha Mercante (FMM) à construção ou reparo de embarcações destinadas à proteção do tráfego marítimo nacional.

CD PDL 53/2019
Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, mediante realização prévia dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, dos projetos de engenharia e dos demais Estudos Ambientais, nos trechos das hidrovias que especifica.

FRENLOGI
FRENTE PARLAMENTAR MISTA DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA

Câmara temática

Mineração e Recursos hídricos

CD PL 4679/2012
Dispõe sobre a concessão de lavra de jazidas de minerais estratégicos ou de alta rentabilidade e dá outras providências.

CD PL 5751/2023
Institui o marco legal do hidrogênio de baixa emissão de carbono.

CD PL 3447/2024
Acrescenta o parágrafo 4º ao art. 16 e os parágrafos 2º e 3º ao art. 39, ambos do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, para permitir a simplificação do rito e da documentação da autorização de pesquisa e do plano de aproveitamento econômico da jazida para as substâncias minerais referidas no art. 1º da Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978.

CD PL 1570/2023
Estabelece as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas.

CD PL 37/2011
Regulamenta o regime de aproveitamento de substâncias minerais, excetuando minérios nucleares, petróleo, gás natural e minerais sob regime de licenciamento.

CD PL 3734/2024
Cria o Documento de Origem Mineral - DOM, altera a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, e dá outras providências.

FRENLOGI
FRENTE PARLAMENTAR MISTA DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA

Câmara temática

Mobilidade Urbana

CD PEC 25/2023
Estabelece diretrizes sobre o direito ao transporte e o Sistema Único de Mobilidade, e autoriza contribuição para custear o transporte público urbano.

CD PEC 85/2015
Introduz a acessibilidade e a mobilidade urbana no rol dos direitos sociais.

CD PL 2221/2020
Atualiza e consolida normas sobre mobilidade urbana, incluindo novos modelos como transporte ciclo motorizado e autopropelido.

CD PL 2445/2023
Estabelece incentivos fiscais e sociais para a promoção da mobilidade elétrica e dá outras providências.

CD PL 2527/2022
Institui o Estatuto do Pedestre.

CD PL 4086/2012
Institui incentivo fiscal à produção e comercialização de veículos automóveis movidos a eletricidade ou híbridos.

CD PL 5010/2016
Aperfeiçoa as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

CD PL 5572/2020
Estabelece a definição de transporte rodoviário regular e por fretamento.

CD PL 6191/2019
Dispõe sobre a instalação de equipamentos de infraestrutura de telecomunicações.

CD PL 3274/2019
Dispõe sobre o Sistema Compartilhado de Micromobilidade como instrumento da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

CD PL 722/2024
Institui estratégia da elaboração de políticas relacionadas à mobilidade urbana.

CD PLP 127/2022
Autoriza motoristas de aplicativo e entregadores vinculados a plataformas de mobilidade a se creditarem do ICMS incidente sobre combustíveis e lubrificantes utilizados como insumo em suas atividades, mesmo sem operação tributada subsequente.

CD PL 7227/2017
Altera a Lei nº 12.379/2011 para atualizar critérios de classificação, traçado e categorização de rodovias e ferrovias do Sistema Nacional de Viação, além de definir diretrizes para portos, aeródromos e vias navegáveis. Padroniza nomenclaturas e autoriza a transferência de trechos à gestão estadual ou municipal, mediante delegação.

CD PLP 169/2021
Autoriza os profissionais taxistas a aproveitarem créditos de ICMS sobre combustíveis e lubrificantes adquiridos como insumo em suas atividades, inclusive nas operações com substituição tributária. Define regimes de compensação, ressarcimento ou abatimento, e disciplina a transferência de crédito entre estados.

CD PL 6123/2019
Institui a Política Nacional de Incentivo à Geração de Energia Solar Fotovoltaica Conectada a Sistemas de Eletromobilidade sobre Trilhos (PNESET) para o transporte de passageiros por metrôs, trens, trólebus, veículos leves sobre trilhos (VLT) e monotrilhos urbano e metropolitano; altera a Lei nº 11.033/2004.

SF PL 2461/2021
Cria o MoVE Brasil, que incentiva a substituição de veículos a combustíveis fósseis por modelos de baixa emissão e regula a infraestrutura de recarga elétrica.

CD PL 3519/2023
Promove a transição do uso de motores de combustão interna para a eletromotricidade integral.

SF PL 1376/2024
Exclui da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) as receitas decorrentes de subvenções para investimento destinadas à eletrificação da frota de ônibus utilizada no transporte público.

SF PL 4121/2020
Dispõe sobre a logística reversa de veículos automotores, e a Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018, que estabelece requisitos obrigatórios para a comercialização de veículos no Brasil e institui o Programa Rota 2030 – Mobilidade e Logística, para criar requisitos referentes à reciclagem de veículos automotores.
SUPRATEMATICO

CD PL 4761/2023
Institui o Fundo de Apoio Portuário à Infraestrutura - FAPI.

FRENLOGI
FRENTE PARLAMENTAR MISTA DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA

Câmara temática

Supratemático

CD PL 2037/2024
Dispõe do licenciamento ambiental simplificado para a implantação ou ampliação de rodovias, gasodutos de transporte de gás natural, de redes de telecomunicação e redes de transmissão de energia elétrica nas faixas de domínio e de servidão da União, dos Estados e Municípios.

SF PLS 768/2015
Tornar onerosa a cessão de imóveis para fins lucrativos, com licitação quando aplicável, e garantir gratuidade na cessão de espaços em aeroportos e portos.

CD PL 877/2022
Altera a Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário para garantir segurança jurídica e estabilidade nos preços dos serviços de praticagem.

SF PL 960/2025
Dispõe sobre a identificação de bens de consumo, a responsabilidade compartilhada pelo seu descarte e a ampliação dos mecanismos de logística reversa.

CD PL 6370/2005
Cria o modelo de Centro Logístico e Industrial Aduaneiro (Porto Seco) e a Base de Fiscalização Aduaneira, com alterações e revogações em leis e decretos relacionados à legislação aduaneira.

SF PL 6296/2019
Destina preferencialmente à unidade da federação os recursos de outorga de concessões nos setores de transporte.

CD PL 2275/2003
Dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências, para instituir o controle das Agências Reguladoras.

CD PL 2478/2023
Dispõe sobre diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado e prevê o estabelecimento do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico.

CD PL 5787/2023
Institui o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia para o período de 2024 a 2027.
SF PEC 1/2015 – Altera a sistemática de cobrança do ICMS em operações e prestações não presenciais destinadas a consumidor final de outro Estado.

SF PEC 35/2021
Altera a Constituição para modificar a cobrança do ICMS sobre combustíveis, gás de cozinha e energia elétrica.

SF PEC 84/2019
Autoriza a União a delegar a Estados e ao DF a exploração de energia, transportes e portos, e assegura a eles acréscimos reais na arrecadação de tributos federais em seus territórios.

SF PL 1070/2024
Institui o Programa de Armazenagem Rural no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

SF PL 1877/2022
Regulamenta o serviço de praticagem.

CD PL 1319/2024
Altera a Lei nº 14.301/2022 (Programa BR do Mar), a Lei nº 9.432/1997 e a Lei nº 9.537/1997, com o objetivo de fortalecer a indústria naval brasileira e a Marinha Mercante.

SF PL 2926/2023
Dispõe sobre as instituições operadoras de infraestruturas do mercado financeiro no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro.

SF PL 3220/2019
Dispõe sobre o direito de utilização e compartilhamento de postes, dutos, condutos ou servidão pelas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, concessionárias de energia elétrica ou prestadoras de outros serviços de interesse público.

SF PL 392/2020
Concede benefícios a debêntures voltadas a projetos sustentáveis e cria o Fundo de Investimento em Projetos de Investimentos Sustentáveis (FIP-IS).

SF PLP 94/2023
Autoriza contratos e reconhece a compensação por perdas de arrecadação do ICMS.

CD PL 2815/2021
Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, para dispor acerca do licenciamento ambiental simplificado para a implantação ou ampliação de gasodutos de transporte de gás natural nas faixas de domínio e de servidão de dutos de transporte de petróleo ou derivados, linhas de transmissão e de distribuição, rodovias, ferrovias e minerodutos.

CN VET 46/2023
Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 3.954, de 2023, que "Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para determinar o modo de disputa fechado nas licitações de obras e serviços.

FRENLOGI
FRENTE PARLAMENTAR MISTA DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA

Câmara temática

Telecomunicações

CD PL 1721/2019
Obriga as futuras concessões de uso de radiofrequência a incluírem metas de cobertura de telefonia móvel e internet móvel em ao menos 60% da extensão das rodovias federais pavimentadas.

CD PL 3018/2023
Dispõe sobre o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL).

CD PL 3861/2015
Altera a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, dispondo sobre a obrigatoriedade da construção integrada de dutos para passagem de redes de telecomunicações em obras públicas de infraestrutura básica.

CD PL 466/2022
Altera a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, para possibilitar mecanismos de incentivo à instalação de infraestrutura de telecomunicações em localidades prioritárias.

CD PL 4735/2024
Institui o Programa Nacional de Conectividade Rural (PNCR), com o objetivo de promover o acesso à internet de alta velocidade em áreas rurais e remotas do Brasil, e dá outras providências.

CD PL 4892/2024
Dispõe sobre a priorização da infraestrutura de pequeno porte para a instalação de redes de telecomunicações de quinta geração (5G) e dá outras providências.

CD PL 6191/2019
Dispõe sobre a instalação de equipamentos de infraestrutura de telecomunicações e altera a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015.

CD PL 7482/2017
Institui sistemática de planejamento de ações voltadas para eficiência energética no Brasil, estabelece políticas de eficiência energética para o setor de transportes e dá outras providências.

SF PL 2261/2024
Estabelece objetivos e diretrizes para expansão dos serviços de telecomunicações em áreas rurais, e altera as Leis nº 9.472, nº 9.998 e nº 10.052.

SF PL 2803/2024
Altera as Leis nº 13.116, de 20 de abril de 2015, e nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para dispor sobre o licenciamento simplificado para a instalação de infraestrutura de redes de telecomunicações e vedar a implementação sem certificação.

CD PL 6789/2013
Altera diversas leis do setor para simplificar o licenciamento de infraestrutura de telecomunicações, proíbe cobrança de roaming nacional, desonera serviços de telefonia pré-paga, fortalece direitos do consumidor, impõe compartilhamento obrigatório de infraestrutura e condiciona taxas setoriais à efetiva aplicação dos recursos arrecadados.

SF PL 427/2023
Disciplinar o compartilhamento de infraestrutura de suporte e o direito de passagem por concessionárias de serviços públicos.

CD PL 2963/2024
Dispõe sobre as redes de infraestrutura de cabeamento subterrâneo para a transmissão de energia elétrica, de telefonia, de comunicação de dados via fibra óptica, de televisão a cabo e de outros.

CD PL 3088/2022
Cria programa de gestão do uso de postes em vias públicas e obriga concessionárias a regularizarem e retirarem fios inutilizados.

CD PL 4901/2024
Institui o Programa Nacional "Energia e Internet para Todos".

SF PL 786/2023
Altera a Lei que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para dispor sobre compromissos de investimentos, adaptações de outorgas e prorrogações do uso de radiofrequências.

CD PL 3864/2015
Concede incentivo fiscal, mediante créditos do Fistel, para aplicação em projetos de infraestrutura de redes em áreas onde a prestação dos serviços de telecomunicações seja precária.

Expediente

Presidente
Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Câmara Temática Rodoviária
Deputado Diego Andrade (PSD/MG)

Câmara Temática Aeroportuária
Deputado Julio Lopes (PP/RJ)

Câmara Temática Ferroviária
Deputado Pedro Uczai (PT/SC)

Câmara Temática Armazenagem
Deputado Arnaldo Jardim (Cidadania/SP)

Câmara Temática de Telecomunicações
Senadora Professora Dorinha (União/TO)

Câmara Temática de Energia, Petróleo e Gás
Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

Câmara Temática de Mobilidade Urbana
Deputado Rubens Otoni (PT/GO)

Câmara Temática de Portos e Hidrovias
Deputado Carlos Chiodini (MDB/SC) / licenciado

Diretoria Institucional
Edinho Bez

FRENLOGI
FRENTE PARLAMENTAR MISTA DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA